

## TERMO ADITIVO DE CONTRATO N° 056/2021

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n° 30/2020 que entre si fazem a Companhia de Saneamento Municipal - **CESAMA** e a **VIRTUAL TELECOM LTDA.**

**CONTRATANTE**, Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA, empresa pública municipal, situada nesta cidade na Av. Rio Branco, 1843 – 8° ao 11° andares – Centro (CNPJ n° 21.572.243/0001-74), neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, Sr. Júlio César Teixeira, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, e a **CONTRATADA** VIRTUAL TELECOM - CNPJ sob o n° 05.125.915/0001-47, situada nesta cidade na Rua Americo Lobo, 1008 - Salas 201/ 202 - Manoel Honório, neste ato representada pelo Sr. Armando da Silva Barbosa, brasileiro, casado, engenheiro CPF 708.350.127-00, em conformidade com a Lei 13.303/16 e com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos, de acordo com a justificativa de fls.759/760 e autorização através da Diretoria Executiva (fl. 872) do Pregão Eletrônico 32/20, mediante as cláusulas e condições a seguir:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

O prazo contratual previsto na cláusula quinta do **Contrato n° 30/20**, será aditado por mais **12 (doze) meses, ficando prorrogado de 21 de agosto de 2021 até 20 de agosto de 2022.**

### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O valor total estimado para esta prorrogação é de **R\$ 439.795,20** (quatrocentos e trinta e nove mil, setecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos).

### **CLÁUSULA TERCEIRA:**

As partes acordam acrescentar ao Contrato n° 030/2020 a **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: PRÁTICAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO**, comprometendo-se nos seguintes termos:

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: PRÁTICAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO**

14.1. A CONTRATADA declara, sob as penas da lei, não haver, até a presente data, qualquer impedimento à presente contratação ou mesmo à execução de alguma cláusula ou condição do instrumento ora pactuado.

14.2. As PARTES declaram por si, por seus empregados, sócios e colaboradores, estar em plena conformidade com as leis e regulamentos de anticorrupção, incluindo, mas não se limitando, à legislação nacional específica, às Convenções e Pactos internacionais dos quais o Brasil seja signatário, tais como OECD Convention on Combating Bribery of Foreign Public Officials in International

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36 013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-9199



Business Transactions (Convenção da OCDE sobre combate da corrupção de funcionários públicos estrangeiros ou transações comerciais internacionais), Convenção Interamericana contra a Corrupção (Convenção da OEA), e a UN Convention Against Corruption (Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção).

14.3. As PARTES endossam todas as leis, normas, regulamentos e políticas relacionados ao combate a corrupção aplicáveis, obrigando-se a abster-se de qualquer atividade ou ato que constitua violação às referidas disposições.

14.4. As PARTES por si, por seus administradores, diretores, empregados, bem como por sócio que venha a agir em seu nome, se obriga a conduzir suas práticas comerciais durante toda a vigência deste instrumento de forma ética e em conformidade com as normas aplicáveis.

14.5. As PARTES por si, por seus empregados, sócios, colaboradores, terceiros contratados e fornecedores agindo em seu nome, não deve, direta ou indiretamente, dar, oferecer, pagar, promover pagar, autorizar o pagamento de qualquer importância em dinheiro, ou mesmo qualquer coisa de valor, benefício, doação, vantagem a qualquer autoridade, consultor, representante, parceiro, ou quaisquer terceiros com a finalidade de influenciar quaisquer atos ou decisões do agente de governo ou para assegurar qualquer vantagem indevida.

14.6. As PARTES declaram que não praticam e se obrigam a não praticar quaisquer atos que violem a lei anticorrupção.

14.7. As PARTES concordam em fornecer prontamente, sempre que solicitada, evidência de que está atuando diligentemente na prevenção de práticas que possam violar as leis anticorrupção.

14.8. As PARTES obrigam-se a manter seus livros, registros, contas e documentos contábeis organizados e precisos, assegurando-se de que nenhuma transação seja mantida fora de seus livros e que todas as transações sejam devidamente registradas e documentadas desde o início.

14.9. A CONTRATADA concorda que o CONTRATANTE terá o direito de, sempre que julgar necessário, com auxílio de auditores, auditar todos os livros, registros, contas e documentações de suporte para verificar o cumprimento de quaisquer leis anticorrupção aplicáveis, sendo que a CONTRATADA se compromete a cooperar totalmente com qualquer auditoria ou solicitação de documentos.

14.10. Independentemente de quaisquer investigações ou processos terem sido iniciados pelas autoridades, caso surjam denúncias ou indícios razoavelmente fortes de que a outra parte violou a lei anticorrupção, a PARTE inocente terá o

direito de suspender ou rescindir o contrato, sem prejuízo da multa pela rescisão.

14.11. As PARTES comprometem-se a praticar a governança corporativa de modo a dar efetividade ao cumprimento das obrigações contratuais em observância à legislação aplicável.

14.12. Aplicam-se, ainda, os princípios e normas estabelecidos no Código de Conduta e Integridade da CESAMA, disponível para consulta no site da CESAMA, no endereço eletrônico [http://www.cesama.com.br/site/uploads/paginas\\_arquivos/124/15747035809.pdf](http://www.cesama.com.br/site/uploads/paginas_arquivos/124/15747035809.pdf) e as disposições da Lei Federal nº 12.846 de 01/08/2013."

#### **CLÁUSULA QUARTA:**

Ratificam-se as demais cláusulas do contrato original que não foram alteradas por este instrumento.

Juiz de Fora, 20 de agosto de 2021

Júlio César Teixeira  
Diretor Presidente / CESAMA

Armando da Silva Barbosa  
VIRTUAL TELECOM LTDA

Testemunhas 1)

2)